

A COMISSÃO E O RIO: A COMISSÃO CIENTÍFICA DE EXPLORAÇÃO DE 1859 E O RIO JAGUARIBE

Paulo César dos Santos*

A COMISSÃO CIENTÍFICA DE 1859.

Em 4 de fevereiro de 1859 aportava em Fortaleza a Comissão Científica de Exploração. Designada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para realizar um estudo da fauna e flora nacional, catalogar e registrar o que fosse possível sobre cada lugar da nação brasileira e criar uma ciência nacional. Buscava-se a natureza exuberante, os costumes do povo, a riqueza da nação. E tudo isso precisava ser inventariado. Afinal de contas, o II Reinado se caracteriza pela tentativa centralizadora do poder/saber e a criação da primeira comissão de cunho científico do país é sintoma deste momento.

O século XIX foi marcado pela “ciência” e o “progresso”, a formação dos Estados-Nação e das potências imperialistas. Foi também um século de ajuste no cenário internacional. A América Latina despontava em seus conjuntos de nações queriam esquecer ou negar o seu passado de “colônia” e “atraso”. Era necessário construir um sentimento de pertença nacional, criar novas instituições e projeções históricas.

No Brasil, após a proclamação da sua independência, em 1822, aconteceu a ampliação das fronteiras geográficas demarcadas e o surgimento do Estado Brasileiro. Contudo, esse país de proporção continental continuava esfacelado em termos de auto-conhecimento, precisando criar elos de ligação entre os seus membros a fim de fundar uma nação. Voltar-se para o passado e encontrar nele as razões dessa nação seria de grande importância para construir um país que almejava estar em consonância com o progresso. A definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para tal projeto pois assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço (MAGNOLI, 1997, p.110).

Em meio a tal projeto político foi fundado, em 1838, como instituição de produção de conhecimento e lugar social de legitimidade de nossa intelectualidade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em 1856, o IHGB criou a Comissão Científica de Exploração (1856-1867). Sua finalidade era organizar uma expedição pelo interior do império. A viagem objetivava conhecer o território nacional e suas riquezas, mapear a fauna e

* Doutorando História Social – Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: cesarufc@yahoo.com.br

a flora brasileiras, coletar material para o Museu Nacional (Rio de Janeiro), promover a pesquisa científica no país e fomentar uma cultura científica nacional.

A Comissão Científica era composta de cinco seções de estudos, cada uma delas sob a direção de um respectivo sócio, com exceção de Raja Gabaglia, chefe das seções de Astronomia e Geográfica. A seção de Botânica ficou sob o controle de Francisco Freire Alemão, também chefe da Comissão Científica de Exploração. Geologia e Mineralogia foram dirigidas por Guilherme Schüch de Capanema. A Zoológica foi liderada Manoel Ferreira Lagos. Etnográfica e narrativa de viagem sob a responsabilidade de Gonçalves Dias.

Criada a Comissão Científica de Exploração, escolhidos os seus membros e comprado o material de uso, a ciência foi a campo. Decidir uma viagem científica de exploração supõe um conhecimento prévio de onde e o que se deve explorar. Mas onde? Como começar? De que forma canalizar o esforço de tal empreitada? Que regiões se mostravam mais atraentes ao explorador?

Distante e desconhecida da Corte, pobre e pouco desenvolvida, a província do Ceará foi a primeira a fazer parte do roteiro dos cientistas do IHGB. O norte era uma das preocupações do Império por seus movimentos separatistas que já vinham se desenvolvendo desde o período colonial, como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador de 1824 e as revoltas do período regencial (1831-1840), como a Sabinada na Bahia, a Cabanagem no Pará e a Balaiada no Maranhão. Mesmo com o advento do II Reinado, houve grande preocupação em pacificar a região que não deixou de contestar o poder central. A Revolta Praieira de 1848 expressava esse descontentamento da região com o Império. Outra grande preocupação do governo imperial era com os países republicanos vizinhos ao Brasil, uma vez que tais “aventureiros” poderiam se lançar sobre as terras brasileiras, descobrindo divulgando suas riquezas para nações inimigas do império português. Na dúvida entre a região contestadora e as fronteiras republicanas, a Comissão Científica decidiu pelas as províncias do norte como seu principal roteiro.

UMA VIAGEM E UMA ESCRITA.

Os cientistas do IHGB tinham como objetivo esquadriñar e registrar. As potencialidades das províncias do norte. Tal empreitada só era possível pelo deslocamento, pela observação direta da natureza. Uma viagem e uma caminhada se mostravam mais produtivas que simplesmente estudos realizados em gabinetes. As viagens científicas tinham como características o trabalho de campo: ver, descrever e organizar a natureza. Era preciso domesticar o espaço geográfico através de sua nomeação e fazê-lo objeto de estudo a partir de

então. Segundo Santos “o ato fundador é dar um nome e, por isso, é a partir do nome que produzimos o pensamento. (SANTOS, 2008, p.67). Segundo Certeau “o ato de nomear não é mais aqui (como alhures) a ‘pintura’ de uma realidade; é um ato performativo que organiza o que enuncia” (CERTEAU, 1994, p.294). O poder da escrita que busca uma lei sobre a natureza pode ser pensada a partir da experiência destes cinco cientistas, que compunham a referida Comissão, que analisaram e descreveram a paisagem cearense a fim de criar uma paisagem *brasílica* de natureza e costumes próprios. Pensar a Comissão Científica de Exploração é entender o espaço e o tempo de uma produção ou concepção de história que tenta se articular e emergir, ganhar contornos.

Uma viagem, um olhar e a narrativa. O que marca a Comissão Científica de Exploração é a narrativa pautada nas experiências “in loco”. O que se buscava era uma escrita que norteava e organizava a natureza brasileira e seu uso só poderia ser efetuado pelo seu conhecimento. Um relato de viagem, ou melhor, uma narrativa que organizava tais experiências em espaços estranhos se fazia urgente, posto que a escrita fixa aquilo que a memória pode esquecer. Neste artigo buscamos analisar as narrativas construídas sobre o rio Jaguaribe a partir da vivência que o botânico Freire Alemão, presidente da Comissão Científica e chefe da Seção Botânica teve ao travar contato com as populações ribeirinhas do vale jaguaribano e as cidades que ficam às margens do rio Jaguaribe.

No dia 16 de agosto de 1859 os cientistas do IGHB partem para suas expedições em solo cearense. Por motivos de conveniências de abastecimento, natureza e especificidades dos trabalhos de cada seção e por afinidades pessoais, a Comissão Científica se dividiu em três grupos. O primeiro era composto pelas Seções Botânica e Zoológica, e levava consigo o pintor Reis Carvalho; o segundo, pelas seções Geológica e Etnográfica, e o terceiro, exclusivamente, da Astronômica e Geográfica, a mais numerosa. Ficou combinado que o reencontro dos cientistas se daria na cidade do Crato (BRAGA, 1962, p.58).

Partindo de Fortaleza em 16 de Agosto de 1859, o botânico Freire Alemão e seus companheiros chegaram em Aracati em 27 do mesmo mês. Sua viagem à bacia do Jaguaribe foi registrada em seu diário, instrumento fundamental entre os naturalistas naquele momento. Em seu diário podemos entender um pouco mais dos costumes das cidades que integraram seus percursos pelas margens do rio Jaguaribe. É importante perceber que escrita orientava as narrativas de Freire Alemão, pois toda narrativa nasce de uma intencionalidade. Suas impressões estão além do registro e catalogação de plantas. Ainda em suas *Instruções*, constava que se devia indagar “dos homens práticos do lugar o nome indígena e vulgar de cada vegetal e seus usos populares”. A população local seria também fonte de informação,

uma vez que poderia ser instruída para posterior coleta de material. Talvez aqui se encontre a maior problemática a ser analisada em Freire Alemão: o seu contato com o povo cearense durante suas incursões e o registro que o mesmo fazia de cada lugar, que nos mostra muito da cultura cearense do século XIX. Conversas no alpendre, na coleta de material em campo, nos jantares oferecidos à Comissão Científica foram parar nas páginas do diário de Freire Alemão nos fornecendo um rico material sobre o Ceará na segunda metade do Oitocentos.

“Entender como nosso observador observou”. Esta assertiva implica em tentar rastrear as influências que atuavam sobre Freire Alemão. Não falo daquela suposta influencia atemporal que vem de tempos passados e que justifica o homem e a obra, mas sim de tentar buscar matrizes de pensamentos e balizas científicas que faziam parte da prática científica do presidente da Comissão. É claro que a obra é um ato de criação e a partir dela podemos conhecer um pouco do *ator* que a criou, mas é preciso, principalmente, perceber suas intencionalidades, *aquilo que a obra anuncia mas não sustenta* (LIMA, 2007, p. 29). Darton referindo-se ao pequeno burguês que fez uma densa descrição de Montepellier, em 1768, afirma que:

É tão problemático para nós ler a descrição de nosso autor como foi para ele escrevê-la. Cada frase expressa uma consciência estranha tentando ordenar um mundo que não existe mais. Para penetrar nessa consciência, precisamos concentrar-nos mais nos modos de descrever do que nos objetos descritos (...) entender como nosso observador a observou (DARTON, 1986, p. 144)

Almeida Garret nos fornece uma passagem literária para se pensar os anseios buscados pelos viajantes no fim do XIX. Segundo seu personagem as viagens científicas deveriam ter resultados práticos e efetivos:

Estas minhas interessantes viagens não de ser uma obra-prima, erudita, brilhante, de pensamentos novos, uma coisa digna do século. Preciso de o dizer ao leitor, para que ele esteja prevenido; não cuide que são quaisquer dessas rabiscaduras da moda que, com o título de *Impressões de Viagem*, ou outro que tal, fadigam as imprensas da Europa sem nenhum proveito da ciência e do adiantamento da espécie.¹

Almeida Garret, ao escrever seu livro *Viagens na minha terra*, em 1846, estava se propondo a descobrir novos olhares em velhos lugares. O que se destaca não é a dimensão geográfica em si, mas o olhar que norteia e registra o que se observa. Cada viagem leva consigo uma perspectiva que a orienta e um caminho que a realiza. Freire Alemão tentava, talvez sem saber, concretizar os desejos dos personagens de Almeida Garret: realizar uma viagem que fosse repleta de pensamentos novos, cujas *impressões* tivessem algum proveito para a ciência e para o adiantamento da espécie.



OS PERCURSOS DO RIO...

O Jaguaribe muitas vezes segue
só na memória (a água é uma miragem
que a sede ancestral sempre persegue)

E sobre os pés de viagem,
o humilde, o sóbrio, o penitente jegue
é dessa história a grande personagem.²

A bacia do rio Jaguaribe é a maior e mais importante bacia do Ceará, ocupando aproximadamente 48% da área do território cearense. O rio Jaguaribe apresenta o maior volume de água no estado e é responsável pelo abastecimento de grande parte da população cearense. Percorre aproximadamente 600 Km até sua foz no Oceano Atlântico. (ZANELLA, 2004, p. 177). Sua ocupação teve início no século XVII em decorrência da criação de gado a partir de duas rotas de penetração: uma vinda de Pernambuco pelo baixo curso do rio Jaguaribe, e outra precedente da Bahia, vinda pelo alto curso do rio. O rio Jaguaribe foi, assim, um dos principais caminhos para a ocupação e povoamento do sertão cearense. (Idem, p. 178)

A comitiva de Freire Alemão e Lagos se deu pelas margens do Jaguaribe, posto que a natureza do espaço propiciava a coleta de materiais para ambas as Seções de estudo. A paisagem do Jaguaribe também inspirava as anotações e desenhos. Havia na região jaguaribana muito para ver e descrever. E muito foi escrito. Por onde passava, Freire Alemão ganhava pouso e aproveitava as informações que a população local lhe dava sobre os mais variados temas. Ele anotava o que lhe diziam, promovendo um “inventário das falas” que pode ser visto como um “inventário da história”.

Freire Alemão chega em Aracati em 27 de agosto de 1859 e percebe a importância do rio Jaguaribe para a região. Segundo ele, Aracati era um ponto comercial em razão de ser mais perto do Jaguaribe (ALEMÃO, 2006, p. 69). Neste momento o comércio da extensa bacia jaguaribana continuava dominado pelas cidades do Aracati e Icó (BRAGA, 1962, p. 42) e ambas as cidades seriam visitadas pelos cientistas e delas também seriam feitas referências sobre a importância do rio para estas cidades.

As populações ribeirinhas criam marcos naturais a partir de sua relação com a natureza. O próprio Jaguaribe modelava certos aspectos estruturais da cidade que se adaptava ao ritmo do rio e de suas cheias. Freire Alemão, em um de seus pousos, escreveu que:



Temos quase defronte da casa em que assistimos o boticário Teixeira, o qual, fazendo a casa em que mora e tem botica depois da enchente de 1839, levantou de paiol ou aterro da casa mais alta e meio além da altura a que chegaram as águas, em 1842 a enchente foi maior e entrou-lhe pela casa, até palmo e meio de altura, vindo a ser esta mais alta que a de 39 três palmos (ALEMÃO, 2006, p. 72).

As enchentes de 1839 e 1842 são constantemente lembradas pela população das cidades por onde Freire Alemão passou (recordações ainda vivas principalmente nas maiores cidades da região: Aracati e Icó). As lembranças das enchentes e as experiências a elas relacionadas são guardadas em detalhes minuciosos pois “em 1842 a enchente foi maior e entrou-lhe pela casa, até palmo e meio de altura, vindo a ser esta mais alta que a de 39 três palmos”. Medidas marcadas nas memórias que trazem no volume das águas as percepções do rio e da força da natureza sobre a cidade. É possível perceber a influência que a natureza exerce sobre o espaço através da “natureza do espaço”, ou seja, o ambiente entendido com fator ativo e modelador nas relações sociais. Freire Alemão faz outra interessante descrição sobre Aracati:

São as casas dotadas de passeios ou calçadas nas frentes, de tijolos, ou de granito tirado do Areré – estas calçadas são em geral mais altas que a rua, principalmente no lado sul, e algumas têm porões mais altos, isto não só pela falta de nivelamento da rua, como principalmente por causas das enchentes. (ALEMÃO, 2006, p. 91).

O volume de água do rio e suas cheias fazem a cidade ganhar porões mais altos. O artifício da arquitetura se submete à força do rio. É a cidade, com suas técnicas construtivas, que se adapta aos cursos do rio, e não o contrário. A natureza, por mais isolada e classificada que fosse, continua a determinar técnicas e práticas. Freire Alemão continua sua narração sobre as cheias de 1839 e 1842. Diz ele que:

Em roda da cidade há grande número de palhoças, mas não arruadas. Nas grandes cheias do Jaguaribe, como uma de 39 e [outra] de 42, toda a cidade fica embaixo d'água, há casas que ficam com água pelas vergas das juntas e pelas ruas andam canoas e lanchas, e de circunstancias mui forte. Nessas ocasiões quase toda a gente sai da cidade tirando seus moveis e os que têm sobrado os passam para cima, como fazem as vendas, armazéns e loja; muitas casas se arruam e o espetáculo deve ser medonho, porque toda a grande vargem fica submersa, formando um vasto lagamar, do meio do qual surgem as casas ou antes os sobrados e as igrejas. Este estado dura alguns dias, às vezes 15 e mais (ALEMÃO, 2006, p. 68).

O rio causa migrações e novos modos de se mover pelo território. Canoas e lanchas ganham espaço nas ruas. Os sobrados têm seus espaços íntimos reformulados, pois a parte inferior passa para a parte superior. Rearranjos de mobílias e novos modos de viver no privado. Uma família que dividia sua casa em dois andares precisa organizar sua dinâmica, seu modo de morar, por causa do rio. Os elementos fluviais interferem no modo de viver e as

cheias se fazem presentes nas falas das pessoas que travaram conversa com Freire Alemão. Sempre as cheias de 1839 e 1842 se faziam presentes. Numa região marcada pela presença do rio e de seu ritmo natural de secas e enchentes, o que fica na memória são as mudanças causadas pelas cheias. Claro que as secas deixaram memórias tristes nas páginas da história do Ceará, mas esta era lembrada em menor proporção que as cheias, ao menos no vale do rio Jaguaribe. Ele, o rio, domina a memória climática da região.

É interessante notar que a seca é mencionada apenas duas vezes nas Instruções de Trabalhos elaborada pelos membros da Comissão Científica em 1856, ano de sua criação. Ela é mencionada apenas no item 12 da Seção geográfica e astronômica e na parte IX da Seção geológica e mineralógica. Analisemos então:

Seção geográfica e astronômica – item 12.

Achando-se a comissão exploradora na província do Ceará, a qual soffre periodicamente o flagello de sêccas devastadoras, convirá que a secção astronômica de accordo com a secção geológica, faça alli os preciosos exames de sondagem, afim de descobrir os indícios que possam servir de guia para tentar-se opportunamente a abertura de um poço artesiano, o qual (no caso de surtir effeito essa primeira tentativa) possa ser considerado como norma para a abertura de outros poços, de que careção diversas localidades da província. (TRABALHOS... p.XXXVIII, 1862.).

Seção geológica e mineralógica – item IX.

Póde dar-se o caso de haver em alguns lugares falta de agua, que seque os rios, e seja conseqüência disso a destruição da vegetação, mortandade do gado, e fome da população. Ahí deverá a secção geológica proceder a exames das localidades vizinhas, estudar todas as circumstancias que levem a suppor a existência de água, e então sondar o terreno para fornecimento de dados práticos para abertura de poços artesianos. Aproveitar-se-há igualmente esses trabalho de perforamento para estudar as camadas as camadas sobrepostas do terreno, como tambem para determinar a sua temperatura em diversas profundidades, e achar a que distancia da superfície é invariável o gráo do thermometro, e a rapidez com que o solo se esfria. (TRABALHOS... p.XVIII, 1862).

Percebe-se que a seca não aparece como centro dos estudos da Comissão Científica, que apenas aborda soluções para amenizá-la, de modo a aproveitar a falta de chuva e diminuir as suas conseqüências. É claro que a seca já havia deixado suas marcas em períodos anteriores e já se havia percebido os estragos na economia da província, mas a Comissão Científica não trouxe soluções para ela.

Talvez a ausência de preocupação em relação à seca se deva ao fato de o Ceará ter tido bom inverno durante a permanência da Comissão Científica. A chuva em alguns momentos, atrapalhava o deslocamento dos cientistas pela província. Mas as *Instruções* também faziam menção aos rios. Na Seção de Geografia, chefiada por Raja Gabaglia, constava a seguinte observação sobre os rios:



Estes trabalhos deverão marchar a de par [sic] com as averiguações relativas á natureza do leito de cada um dos rios, ao volume das suas aguas, e velocidade de sua corrente; ás condições da navegabilidade, ou regimen de seu curso; e bem assim pelo que respeita ás particularidade proprias dos lagos. (TRABALHOS, 1862, p. XXXV).

As secas, as cheias e os rios deveriam ser registrados e analisados na perspectiva de aproveitá-los para o uso racional do homem. Afinal, o que se buscava era o domínio da natureza sob a técnica humana. A natureza perdia seu véu de segredo e se mostrava submissa à tecnologia. Ao menos era isso que se desejava. A natureza, para os cientistas do século XIX, deveria apresentar-se “como um todo organizado, que se justifica a si mesmo, que se sustenta e se explica inteiramente por si mesma” (CASSIRER *apud* PRESTES, 2000, p. 45-46). Os fenômenos naturais pareciam agora fugir a explicações mitológicas e passavam para a esfera da racionalidade. Através da observação e entendimento da natureza ela deveria ser domesticada.

A observação da natureza recolhe os fatos, a reflexão os combina, e a experiência verifica o resultado da combinação. É preciso que a observação da natureza seja assídua, que a reflexão seja profunda e que a experiência seja exata (DIDEROT *apud* PRESTES, 2000, P. 48).

Continuando com as notas de Freire Alemão sobre a província cearense destacamos suas impressões sobre o rio Jaguaribe. Em sua viagem de Aracati para Icó ele escreve que:

Passado o rio chegamos a uma choupana, que fica à borda, e nos informamos se nas cheias o Jaguaribe cobre a vargem; apareceram-me uma mocinha clara, rosada, com um menino nos braços, e mui desembaraçada, que respondia as minhas perguntas, até que chegou uma mulher idosa, com quem conversei. Em 1842 o rio excedeu a sua margem naquele lugar a grande altura. Andamos sempre pela ribeira ou vargem do Jaguaribe coberto de carnaúbas e árvores soltas de várias naturezas magníficas e esparsadas. (ALEMÃO, 2006, p. 116).

Para Freire Alemão, a conversa era uma forma de conhecimento. Anotava o que os provincianos lhe diziam sobre os fatos destas paragens. História, política e costumes eram interpretados a partir das falas. As tradições e percepções do povo não foram por ele desprezadas, num momento em que a História prezava pela fonte escrita. Para ele o povo guardava muito de sua história nas lembranças. A oralidade filtrava aquilo que devia ser lembrado pelo povo comum e tais lembranças também eram histórias dignas de serem registradas em seu diário. E o rio fazia parte destas histórias. Lugar de encontros e de sobrevivência, o Jaguaribe era uma fonte inesgotável de lembranças. A pesca, a lavagem de roupas, o banho nas águas do rio, tudo se figurava como uma prática social que deveria ser

descrita: os costumes locais de cada povo deveria ser conhecido e dado a conhecer pela nação. Fixar quadros locais, hábitos e costumes era um dos trabalhos dos naturalista-viajantes.

Para melhor entender a natureza do rio era preciso se integrar e experimentar sua dimensão social. Um banho, uma observação, um sentimento de “*estar de todo*” (SÜSSEKIND, 1999, p. 217). O rio Jaguaribe em sua dimensão fluvial e social tem marcado a paisagem e a história do vale que leva seu nome e quem sabe tenha entrado para as memórias do botânico Freire Alemão, pois este também experimentou as correntezas do rio:

Quando cheguei ao rio já lá havia muita gente: raparigas, pretos e pretas que apanham água, algumas [a] lavarem crianças etc., de sorte que me foi necessário caminhar em muito tempo para achar um lugar, que me conviesse e cheguei-me para um dos poços grandes, formados junto a uma lage, mas aí perto estavam uns pescadores estendendo suas redes, e entre eles uma mulher. Não havia mais a escolher, despi-me e banhei-me à vista de Deus e de todo o mundo. Grande quantidade de aves ribeirinhas passeava, voava, mariscava e cantava dando animação á paisagem. (ALEMÃO, 2006, p. 140).

Referências Bibliográficas:

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859*. Estudo introdutório de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

_____. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato –Rio de Janeiro 1859-1860*. Estudo introdutório de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2007.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Volume 1. Artes de fazer. 4º ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir. Os manuscritos do Freire Alemão. Catálogo e transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 81, 1961.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, nº 1, RJ. CP DOC, 1988.

LIMA, Valéria Alves Esteves. *J-B Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A invenção da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume: Fafesp, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008. (Coleção Milton Santos; 1)

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TRABALHOS DA COMISSÃO SCIENTIFICA DE EXPLORAÇÃO. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

ZANELLA, Maria Elisa. As características climáticas e os recursos hídricos no Ceará. In: *Ceará: Um novo olhar Geográfico*. Organizadores: José Borzacchiello da Silva & Eustógio Wanderley Correia Dantas [et ali]. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

Notas

¹ GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*. São Paulo: FTD, 1992, p. 22 (Coleção grandes leituras).

² Luciano Maia – Memória das águas. In: *Propostas Alternativas/Instituto da Memória do Povo Cearense*. Nº 11 (2003). P. 5